

1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1.1. Adoção pela primeira vez do sistema de normalização contabilístico para a administração pública (SNC-AP) – Divulgação transitória

As Demonstrações Financeiras consolidadas apresentadas correspondem às primeiras Demonstrações Financeiras consolidadas de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com o SNC-AP, de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira consolidada, alterações à posição financeira consolidada, a sua performance financeira consolidada e os seus fluxos de caixa consolidados.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requiere que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

A NCP 1 requer um conjunto de divulgações a efetuar neste ano de transição, as quais passamos a apresentar:

» Forma como a transição de POCAL para o SNC-AP afetou a posição financeira consolidada e o desempenho financeiro consolidado,

» A transição de POCAL para SNC-AP teve alterações quer ao nível da apresentação, relacionadas com reclassificações em termos de plano de contas, dando cumprimento ao estabelecido no Anexo III do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, quer em termos de mensuração dos ativos e passivos, destacando-se:

Conta 20 – Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados – Faz relevar as operações específicas da Administração Pública nomeadamente as quantias que o Município de Pombal recebe por transferências de organismos no âmbito dos projetos cofinanciados, assim como de empréstimos bonificados celebrados especialmente com o Banco Europeu de Investimento (BEI). Encontram-se igualmente registados nesta conta os valores das transferências e subsídios concedidos pelo Município de Pombal;

Com o SNC-AP, foram criadas duas novas rubricas, uma no ativo e outra no passivo, para evidenciar saldos com a Administração Pública: Devedores e Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis.

Conta 28 – Diferimentos - refletidos os saldos decorrentes da aplicação da periodização económica (contas de custos diferidos e proveitos diferidos em POCAL), nomeadamente relacionados com a execução dos projetos cofinanciados cujo contrato de subsídio não se encontra ainda atribuído ao bem correlacionado. Os contratos de subsídio cujas condições já se encontram cumpridas, e que já se encontram associados ao respetivo bem, foram

reclassificados para a conta 593 – Transferências e subsídios de capital, por força da aplicação da norma NCP 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação.

Conta de Ativos fixos e propriedades de investimento

De acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP (2ª Versão), a regra é utilizar o custo considerado quando não estiver disponível informação fiável sobre o custo de aquisição ou sobre o custo depreciado. Contudo, relativamente aos prédios rústicos e urbanos, na transição para o SNC-AP, quando não existir informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, estes podem ficar mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT), em substituição do justo valor, devendo apurar-se nos casos dos prédios depreciáveis a vida útil estimada remanescente. O VPT constitui um modelo de avaliação de prédios que se considera proporcionar informação que cumpre as características qualitativas da informação financeira previstas na Estrutura Conceptual. Nestes termos, os ativos fixos tangíveis foram mensurados pelo custo de aquisição, não tendo sido efetuada qualquer correção ao critério de mensuração.

Quanto às propriedades de investimento a NCP-8 define que propriedade de investimento é um terreno ou um edifício, ou parte de um edifício, ou ambos, detidos (pelo proprietário, ou pelo locatário segundo uma locação financeira) para obtenção de rendas ou para valorização do capital, ou ambos, e que não seja para usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou vender no decurso normal das operações.

O ponto 8 da NCP-8 determina que podem existir acordos administrativos em que uma entidade pública controla um ativo legalmente possuído por outra entidade pública ou pelo Estado. Por exemplo, um hospital pode controlar e contabilizar alguns edifícios que sejam legalmente propriedade do Estado. Nestas circunstâncias, a referência a propriedade ocupada pelo titular significa propriedade ocupada pela entidade que a reconhece nas suas demonstrações financeiras.

Já quanto ao reconhecimento, uma propriedade de investimento deve ser reconhecida como um ativo quando, e apenas quando:

- a. For provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento; e
- b. O custo ou o justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade.

Para determinar se um item satisfaz o primeiro critério de reconhecimento, uma entidade precisa de avaliar o grau de certeza ligado ao fluxo de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço na base da evidência disponível no momento do reconhecimento

inicial. A existência de certeza suficiente de que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço necessita de garantia que a entidade irá receber as vantagens associadas ao ativo e ficará com os riscos associados. Esta garantia só fica disponível geralmente quando os riscos e vantagens passaram para a entidade.

Ora, no nosso caso, é o Município de Pombal que assume os riscos e as vantagens, pois é esta entidade que liquida os cânones superficiários e suporta as despesas conservação, manutenção e ampliação das propriedades registadas em propriedades de investimento.

Assim, cumpridos que estão os critérios de reconhecimento, procedemos a reclassificação de 10.762.287,25 €, bens incluídos nos ativos fixos e transferidos para propriedades de investimento.

As transferências do Orçamento do Estado, a título de FEF capital e Artigo 35º, nº 3, da Lei nº 73/2015, passaram a ser alocadas ao "Património".

»» Reconciliação entre o património líquido relatado em POCAL em 31/12/2019 com o património líquido de acordo com o SNC-AP em 01/01/2020

As variações decorrentes da transição do património líquido são as seguintes:

Património Líquido 31/12/2019 - POCAL	166.790.532,18 €
Reconhecimento de Ativos Fixos Tangíveis	8.129.479,19 €
Reconhecimento de Propriedades de Investimento	0,00 €
Desreconhecimento Ativos Intangíveis	-2.353.583,16 €
Desreconhecimento de Ativos Fixos Tangíveis em curso	0,00 €
Critérios de Mensuração	793.602,20 €
Transferencia de Subsídios ao Investimento	67.971.277,69 €
Património Líquido 01/01/2020- SNC AP	241.331.308,10 €

»» Reconciliação do resultado relatado segundo o POCAL em 31/12/2019 com o resultado líquido apresentado em 01/01/2020

Não houve qualquer alteração no resultado líquido segundo o relatado em POCAL em 31 de dezembro de 2019 e o SNC-AP em 1 de janeiro de 2020.

»» Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura

Não aplicável.

»» Distingão dos ajustamentos que são correções de erros cometidos em períodos anteriores e alterações de políticas contabilísticas

Não aplicável.

1.2. Identificação das entidades, período de relato e referencial contabilístico
Entidades incluídas na consolidação

O DL 192/2015 de 11 de setembro, que aprovou o SNC-AP, estabelece, no nº 3 do Artº 7º que, no caso da administração local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Em 2020, não houve alterações no designado perímetro de consolidação, mantendo-se as mesmas entidades que foram sujeitas a consolidação desde 2015.

Nestes termos, e de acordo com o referido Artº 75º, promoveu-se a consolidação das contas de 2020, com a única entidade incluída no perímetro de consolidação do Município, a PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.

Assim, o perímetro de consolidação do Município de Pombal integra as seguintes entidades:

- Denominação: Município de Pombal
- Sede: Largo do Cardal, 3100-440 Pombal
- Número de Trabalhadores: 509

- Denominação: PMUGest, E.M.
- Sede: Rua do Louriçal, 21 r/c, 3100-428 Pombal
- Participação no capital: 100%
- Número de Trabalhadores: 76

Entidades associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Denominação, sede e proporção do capital detido das entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

- Denominação: Pombal Prof – Soc. de Educação e Ensino Profissional, SA
- Sede: Parque Industrial Manuel da Mota, Apartado 165 - 3105-902 POMBAL
- Participação no capital: 25 %

Nota: Em 2020, a Pombal Prof aumentou o seu capital social em € 100.000,00 passando a ter um capital social de € 600.000,00. Sendo detentor de 25% desse capital, o Município de Pombal aumentou a sua participação em mais € 25.000,00, passando a deter € 150.000,00 em ações da empresa Pombal Prof.

Outras entidades associadas não contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

- Denominação: Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
-

- Sede: Quinta do Banco - Parceiros - Apartado 157 - 2416-902 LEIRIA
- Participação no capital: 9,52%

- Denominação: Lusitâniagás – Companhia de Gás do Centro, SA
- Sede: Av. dos Congressos da Oposição Democrática, n.º 54 - Apartado 684, 3800-365 AVEIRO
- Participação no capital: 0,04 %

- Denominação: MAPICENTRO-Soc. Abate, Com., Transf. Carnes Subprodutos, S.A
- Sede: Apartado 534 - Ponte das Mestras - 2401-975 LEIRIA
- Participação no capital: 0,01 %

- Denominação: FAM – Fundo de Apoio Municipal
- Sede: Rua Tenente Espanca, 20- 1050-223 LISBOA
- Participação no capital: 0,17 %

1.2.1. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

A) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), aprovado pelo decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras consolidadas em análise.

Foi elaborado um balanço de abertura a 01 de janeiro de 2020 de acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP. O balanço e a demonstração de resultados consolidados de 2020 foram preparadas de acordo com o SNC-AP e a informação relativa ao ano anterior baseia-se no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Os movimentos ocorridos entre o balanço apresentado em POCAL e a sua reclassificação para SNC-AP, encontram-se justificados ao longo do anexo às demonstrações financeiras.

Para a demonstração de resultados consolidada, foi feita uma mera conversão dos saldos das contas e rubricas de acordo com o SNC-AP, por forma a que as variações entre as rubricas fosse mais clara.

Como forma de apoiar o processo de transição, o International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) emitiu a Norma Internacional de Contabilidade aplicada ao Setor Público (IPSAS) 33 (1/01/2017) que versa a Adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo das IPSAS que prevê, para algumas situações, a possibilidade de existência de

um período de três anos para a entidade passar a publicar as suas contas em absoluta conformidade com as IPSAS.

Sendo possível a aplicação subsidiária da referida IPSAS 33 e considerando existirem operações que não estão conhecidas com a segurança e fiabilidade exigidas, entendeu o Órgão de Gestão do Município de Pombal, recorrer a esta prerrogativa de forma a que as demonstrações financeiras possam vir a incorporar eventuais operação inerentes à figura subjacente à Adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras, com exceção das referidas no parágrafo anterior.

B) Comparabilidade

Em 2020, o Município, passou a aplicar o SNC-AP, sendo que a data de transição para este novo referencial contabilístico é 1 de janeiro de 2020.

Desta forma, e de acordo com as instruções constantes no manual de Implementação relativamente à aplicação pela primeira vez do SNC-AP, emitido pela Comissão de Normalização Contabilística, a informação comparativa relativa ao ano de 2019 é baseada no POCAL, tendo sido efetuada uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o novo referencial, devidamente justificada ao longo do documento.

Face ao exposto, esta opção de não obrigar as entidades a reexpressar o comparativo de acordo com o SNC-AP, implica a perda de comparabilidade entre 2020 e 2019, sendo a mesma retomada com as demonstrações financeiras de 2021.

A falta de comparabilidade acima referida é especialmente visível nas seguintes rubricas relativas às contas do município de pombal:

- Propriedades de investimento/Ativos fixos tangíveis
- Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis/Outras contas a receber
- Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos/Outras contas a pagar
- Outras variações no património líquido/Proveitos diferidos

C) Reclassificação de Itens nas demonstrações financeiras consolidadas

A adoção deste novo referencial implicou um conjunto de ajustamentos ao último balanço consolidado do Município de Pombal preparado de acordo com o anterior normativo contabilístico (POCAL), conforme se refere no quadro abaixo. A PMUGEST, E.M, empresa considerada para efeitos de consolidação, não apresenta movimentos desta natureza.

RECONCILIAÇÃO PARA O BALANÇO DE ABERTURA DE ACORDO COM O SNC-AP										
RUBRICAS DO BALANÇO		Valores conforme normativo anterior 31/12/2019	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de Mensuração	Imparidades / Reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2020
Código / Conta	Designação									
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(2)+...(9)
AT1	ATIVO	244.137.515,52	10.535.567,86	- 2.353.583,16	793.602,20			229.194,50		253.342.296,92
AT11	ATIVOS NÃO CORRENTES	231.533.080,03	7.900.284,69	- 2.353.583,16	793.602,20			229.194,50		238.102.578,26
B01	Ativos fixos tangíveis	229.518.925,27	7.900.284,69	- 2.353.583,16				229.194,50	-10.762.287,25	224.532.534,05
B02	Propriedades de investimento								10.762.287,25	10.762.287,25
B03	Ativos intangíveis	114.284,50								114.284,50
B04	Ativos biológicos									
B05	Participações financeiras	1.779.000,00			793.602,20					2.572.602,20
B06	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis									
B07	Acionistas/sócios/associados									
B08	Diferimentos									
B09	Outros ativos financeiros									
B10	Ativos por impostos diferidos									
B56	Outras contas a receber	120.870,26								120.870,26
AT12	ATIVOS CORRENTES	12.604.435,49	2.635.283,17							15.239.718,66
B11	Inventários	133.900,91								133.900,91
B12	Ativos biológicos									
B13	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		2.635.283,17							2.635.283,17

RECONCILIAÇÃO PARA O BALANÇO DE ABERTURA DE ACORDO COM O SNC-AP										
RUBRICAS DO BALANÇO		Valores conforme normativo anterior 31/12/2019	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de Mensuração	Imparidades / Reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2020
Código / Conta	Designação									
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(2)+...(9)
B14	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis									
B15	Clientes, contribuintes e utentes	1.147.199,60								1.147.199,60
B16	Estado e outros entes públicos	560.880,77								560.880,77
B17	Acionistas/sócios/associados									
B18	Outras contas a receber	838.391,64								838.391,64
B19	Diferimentos	4.509,94								4.509,94
B20	Ativos financeiros detidos para negociação									
B21	Outros ativos financeiros									
B22	Ativos não correntes detidos para venda									
B23	Caixa e depósitos	9.919.552,63								9.919.552,63
PL11	PATRIMÓNIO LÍQUIDO	-166.790.532,18	-7.900.284,69	2.353.583,16	-793.602,20			-229.194,50	-67.971.277,69	-241.331.308,10
B24	Património/Capital	-48.694.139,89								-48.694.139,89
B25	Ações (quotas) próprias									
B26	Outros instrumentos de capital próprio									
B27	Prémios de emissão									
B28	Reservas	-5.077.308,60								-5.077.308,60
B29	Resultados transitados	-109.755.805,49	-7.900.284,69	2.353.583,16				-229.194,50		-115.531.701,52
B30	Ajustamentos em ativos financeiros	-25.000,00			-793.602,20					-818.602,20

RECONCILIAÇÃO PARA O BALANÇO DE ABERTURA DE ACORDO COM O SNC-AP										
RUBRICAS DO BALANÇO		Valores conforme normativo anterior								SNC-AP
Código / Conta	Designação	31/12/2019	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de Mensuração	Imparidades / Reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	01/01/2020
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(2)+...(9)
B31	Excedentes de revalorização									
B32	Outras variações no património líquido	-5.084,70							-67.971.277,69	-67.976.362,39
B33	Resultado líquido do período	-3.233.193,50								-3.233.193,50
B34	Dividendos antecipados									
B35	Interesses que não controlam									
P1	PASSIVO	-77.346.983,34	-2.635.283,17						67.971.277,69	-12.010.988,82
P11	PASSIVO NÃO CORRENTE	-72.730.125,00	-2.635.283,17						67.971.277,69	-7.394.130,48
B36	Provisões	-1.893.453,34								-1.893.453,34
B37	Financiamentos obtidos	-2.860.189,73								-2.860.189,73
B38	Fornecedores de investimentos									
B55	Fornecedores									
B39	Responsabilidades por benefícios pós-emprego									
B40	Diferimentos	-67.971.277,69	-2.635.283,17						67.971.277,69	-2.635.283,17
B41	Passivos por impostos diferidos									
B42	Outras contas a pagar	-5.204,24								-5.204,24
P12	PASSIVO CORRENTE	-4.616.858,34								-4.616.858,34
B43	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	-637,50								-637,50
B44	Fornecedores	-274.070,46								-274.070,46

Destacamos os autos mais significativos relativos a reclassificações efetuadas:

- Auto n.º 8 – reclassificação de ativos fixos 43.0.3.6.1 na conta 43.0.3.6.2 (reservatórios)
- Auto n.º 9 – reclassificação de contas de depreciação de ativos fixos 43.8.0.3.9 para 43.8.0.2.6 (a conta de depreciação acompanha a conta de ativo fixo)
- Auto n.º 10 – reclassificação de ativos fixos tangíveis em propriedade de investimento
- Auto n.º 12 – reclassificação das contas 41 da POMBAL PROF E PMUGEST, da aquisição do capital social, para as contas 41 do Método Equivalência Patrimonial (MEP).

Para a demonstração de resultados não foi criado nenhum mapa comparativo. Foi feita apenas a equivalência de contas por forma a garantir que o resultado líquido apurado em 2019 era igual.

D) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Os saldos consignados em dezembro de 2020 correspondem a 2.093 135,74 € e são relativos a receita recebida do Programa comunitario FEDER, no montante de € 547.757,22 e do Programa comunitario FUNDO DE COESÃO no montante de € 1.545.378,52, destinados exclusivamente para financiar projectos, cujas candidaturas foram aprovadas pelo Quadro Comunitário.

A PMUGEST, E.M , empresa considerada para efeitos de consolidação, não apresenta movimentos desta natureza.

E) valores de caixa e depósitos bancários

Detalhamos abaixo o saldo de caixa e depósitos para o exercício de 2020

Conta	Euros	
	Ano 2020	Ano 2019
Caixa	3 240,89 €	11 747,69 €
Depósitos à ordem	6 103 085,57 €	6 500 040,00 €
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00 €	0,00 €
Depósitos bancários à Ordem	6 103 085,57 €	6 500 040,00 €
Depósitos a prazo	120 000,00 €	120 000,00 €
Depósitos consignados	2 093 135,74 €	1 578 022,79 €
Depósitos de garantias e cauções	2 553 344,85 €	2 394 568,52 €
Total de caixa e depósitos	10 872 807,05 €	10 604 379,00 €

1.3. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

1.3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), aprovadas pelo decreto-lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública (NCP).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consciência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

O euro é a moeda funcional de apresentação

As principais políticas contabilísticas descritas encontram-se descritas abaixo.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2)

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Propriedades de investimento

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos, não se integrem nas atividades atribuídas ao Município.

As propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Na transição, foram reclassificadas as Propriedades de investimento que haviam sido reconhecidos noutra classe de ativos de acordo com o POCAL, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública atuais pertencem a esta classe de ativos.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subseqüentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor

determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Município de Pombal seguirá o método do custo e da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos financeiros.

Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que a quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Pombal, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciáveis ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara -se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à Imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subseqüentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

Financiamentos bancários (empréstimos)

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
 - É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
-

- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma **provisão** é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato.

A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

1.4. Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, sendo o método de amortização usado para os ativos intangíveis, o método das quotas constantes.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros abaixo:

Quadro – Quantia escriturada no início e no fim do período

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações acumuladas	Diminuições	
Ativos Intangíveis									
Ativos intangíveis de domínio público,									0,00 €
Goodwill	15 000,00 €						-7 500,00 €		7 500,00 €
Projetos de desenvolvimento	581 983,57 €	17 245,68 €					-582 101,40 €		17 127,85 €
Programas de computador e sistemas de		68 444,46 €					-23 010,43 €		45 434,03 €
Propriedade industrial e intelectual	596,11 €						-191,22 €		404,89 €
Outros		6 076,20 €					-6 076,20 €		0,00 €
Ativos intangíveis em curso									0,00 €
TOTAL	597 579,68 €	91 766,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-618 879,25 €	0,00 €	70 466,77 €

Quadro – Adições

Rubrica	Designação	Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis										91 766,34 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento		17 245,68 €								17 245,68 €
AI4	Programas de computador e sistemas de informação		68 444,46 €								68 444,46 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual										
AI6	Outros		6 076,20 €								6 076,20 €
AI7	Ativos intangíveis em curso										
TOTAL	TOTAL		91 766,34 €								91 766,34 €

1.5. Acordos de concessão de serviços: Concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, mas sim recebimentos.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão de exploração da Quinta de Sant' Ana - Redinha	Manuel Augusto da Conceição Silva	Quinta de Sant' Ana - Redinha	06/01/2020 a 06/01/2040	484.800,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão na área do Município de Pombal	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Via publica na área do Município de Pombal	18/03/2002 a 18/03/2022	Renda de concessão calculada de acordo com o Anexo II ao DL 230/2008 de 27/11	0,00 €	0,00 €	0,00 €

A PMUGEST, E.M , empresa considerada para efeitos de consolidação, não apresenta movimentos desta natureza.

De referir que ainda não estão concluídas as melhorias efetuadas pelo concessionário do ativo Quinta de Sant'Ana e, como tal, não aumentou a vida útil do imóvel.

De referir também, que os rendimentos da concessão de serviços são reconhecidos de acordo com a NCP13 – Rendimentos de transações com contra-prestação.

1.6. Ativos fixos tangíveis

Todos os bens do ativo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

O Município utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis encontra-se refletida no quadro abaixo sendo o método de amortização usado para os ativos intangíveis, o método das quotas constantes.

Quadro – Quantia escriturada e variações do período

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	108.378.631,03	11.474.884,06	0,00	-10.122.054,27	-1.657.623,71	108.073.837,11
Terrenos e recursos naturais	116.868,01	95.054,17	0,00	0,00	0,00	211.922,18
Edifícios e outras construções	1.216.558,75	40.115,70	0,00	-60.595,67	0,00	1.196.078,78
Infraestruturas	101.216.479,36	11.310.887,55	0,00	-10.060.981,98	-1.657.623,71	100.808.761,22
Património histórico, artístico e cultural	19.027,92	23.850,00	0,00	-476,62	0,00	42.401,30
Outros	5.809.696,99	4.976,64	0,00	0,00	0,00	5.814.673,63
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	116.417.287,37	18.649.881,10	-17.012.735,87	-3.379.306,50	-884.798,72	113.790.327,38
Terrenos e recursos naturais	20.334.653,19	1.186.775,49	0,00	0,00	-530.143,20	20.991.285,48
Edifícios e outras construções	65.847.528,36	5.299.585,02	0,00	-1.989.186,12	0,00	69.157.927,26
Equipamento básico	2.707.635,17	887.032,17	0,00	-1.018.129,76	-11.416,42	2.565.121,16
Equipamento de transporte	572.171,85	863.361,37	0,00	-247.949,16	-5.988,45	1.181.595,61
Equipamento administrativo	635.865,63	153.517,01	0,00	29.316,32	-333.800,23	484.898,73
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	295.541,65	429.889,46	0,00	-153.357,78	-267,07	571.806,26
Ativos fixos tangíveis em curso	26.023.891,52	9.829.720,58	-17.012.735,87	0,00	-3.183,35	18.837.692,88
TOTAL	224.795.918,40	30.124.765,16	-17.012.735,87	-13.501.360,77	-2.542.422,43	221.864.164,49

Os ativos fixos tangíveis em curso são, na sua maioria, de bens de domínio público, no montante de € 13.242.803,04.

Quadro – Adições

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		12 984 873,98 €				2 500,00 €				-1 512 489,92 €	11 474 884,06 €
Terrenos e recursos naturais		74 018,30 €								21 035,87 €	95 054,17 €
Edifícios e outras construções		40 115,70 €									40 115,70 €
Infraestruturas		12 844 413,34 €								-1 533 525,79 €	11 310 887,55 €
Património histórico, artístico e cultural		21 350,00 €				2 500,00 €					23 850,00 €
Outros		4 976,64 €									4 976,64 €
Bens de domínio público em curso											0,00 €
											0,00 €
Ativos fixos em concessão											0,00 €
Terrenos e recursos naturais											0,00 €
Edifícios e outras construções											0,00 €
Infraestruturas											0,00 €
Património histórico, artístico e cultural											0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso											0,00 €
											0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis		8 772 613,31 €								-3 719,77 €	8 768 893,54 €
Terrenos e recursos naturais		1 186 775,49 €									1 186 775,49 €
Edifícios e outras construções		5 299 585,02 €									5 299 585,02 €
Equipamento básico		832 673,01 €								2 406,13 €	835 079,14 €
Equipamento de transporte		875 449,82 €								-5 988,45 €	869 461,37 €
Equipamento administrativo		150 526,22 €									150 526,22 €
Equipamentos biológicos											0,00 €
Outros		427 603,75 €								-137,45 €	427 466,30 €
Ativos fixos tangíveis em curso		9 825 767,23 €									9 825 767,23 €
TOTAL		31 583 254,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 516 209,69 €	30 069 544,83 €

Quadro – Diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					-1 657 623,71 €	-1 657 623,71 €
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas					-1 657 623,71 €	-1 657 623,71 €
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis	-427 663,20 €	-102 480,00 €			-351 472,17 €	-881 615,37 €
Terrenos e recursos naturais	-427 663,20 €	-102 480,00 €				-530 143,20 €
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico					-11 416,42 €	-11 416,42 €
Equipamento de transporte					-5 988,45 €	-5 988,45 €
Equipamento administrativo					-333 800,23 €	-333 800,23 €
Equipamentos biológicos						
Outros					-267,07 €	-267,07 €
Ativos fixos tangíveis em curso						
TOTAL	-427 663,20 €	-102 480,00 €			-2 009 095,88 €	-2 539 239,08 €

1.7. Financiamentos obtidos

A rubrica de financiamentos obtidos detalha-se da seguinte forma:

Mapa – Financiamentos obtidos

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato	CAPITAL		TAXA DE JURO		Pagamentos de anos anteriores			PAGAMENTOS DO ANO			Encargos ano vencidos e não pagos	CAPITAL EM DÍVIDA NO ANO N	
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total		Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	13/06/2003	22/09/2003	25	674 090,00 €	674 090,00 €	6,4		403 437,75 €	138 690,96 €	542 128,71 €	29 538,08 €	1 174,51 €	30 712,59 €		270 652,25 €	241 114,17 €
BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO	16/07/2004	02/08/2004	15	1 326 416,00 €	1 326 416,00 €	2,56		1 275 400,00 €	234 003,05 €	1 509 403,05 €	51 016,00 €	4,01 €	51 020,01 €		51 016,00 €	
CAIXA DE CREDITO AGRICOLA	30/01/2009	02/04/2009	15	2 944 444,66 €	2 916 510,13 €	2,13		1 906 948,82 €	182 602,52 €	2 089 551,34 €	224 346,92 €	820,88 €	225 167,80 €		1 009 561,31 €	785 214,39 €
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	17/12/1992	29/12/1992	25	547 705,03 €	491 470,56 €	6,92		474 747,20 €	257 946,72 €	732 693,92 €	16 723,26 €	38,75 €	16 762,11 €		16 723,26 €	
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	30/08/2001	22/08/2003	25	661 740,21 €	302 548,00 €			210 330,77 €	73 932,72 €	284 263,49 €	15 214,34 €	358,05 €	15 572,39 €		92 217,23 €	77 002,89 €
BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO	07/07/2010	01/07/2010	25	5 000 000,00 €	2 681 116,87 €	3,06		845 134,96 €	277 222,62 €	1 122 357,58 €	116 570,28 €	20 108,02 €	136 678,30 €		1 835 981,91 €	1 719 411,63 €
TOTAL				11 154 395,90 €	8 392 151,56 €			5 115 999,50 €	1 164 398,59 €	6 280 398,09 €	453 408,98 €	22 504,22 €	475 913,20 €	0,00 €	3 276 152,06 €	2 822 743,08 €

A PMUGEST, E.M , empresa considerada para efeitos de consolidação, não apresenta movimentos desta natureza.

1.8. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Quadro – Quantia escriturada no fim do período

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diminuições			Rendas	Outras
Propriedades de Investimento											
Bens de domínio público											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções	12 397 409,93 €	878 621,85 €		-1 799 103,15 €				11 476 928,63 €			
Outras propriedades de investimento											
Propriedades de Investimento em curso											
TOTAL	12 397 409,93 €	878 621,85 €	0,00 €	-1 799 103,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 476 928,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

A PMUGEST, E.M , empresa considerada para efeitos de consolidação, não apresenta movimentos desta natureza.

1.9. Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes durante o ano de 2020 - custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação de valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro – Quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)- (7)+(8)
Mercadorias	0,00 €	19 975,66 €	-18 078,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 896,74 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	133 900,91 €	139 826,24 €	-140 746,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	125,49 €	3 355,77 €	136 461,81 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	133 900,91 €	159 801,90 €	-158 825,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	125,49 €	3 355,77 €	138 358,55 €

1.10. Rendimento de transações com contraprestação

Esta nota tem por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviços e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe dos rendimentos

QUADRO – Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	31.12.2020	31.12.2019
Prestação de serviços	4.698.465,59 €	4.755.580,61 €
Venda de bens	1.730.968,93 €	1.594.942,21 €
Outros rendimentos	10.667.004,43 €	6.110.118,77 €
Juros	2.385,86 €	4.346,11 €
Dividendos ou distribuições similares	42.739,64 €	2.258,83 €
Total	17.141.564,45 €	12.467.246,53 €

1.11. Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades publicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Quadro – Rendimentos sem contraprestação.

Tipo de rendimento	31.12.2020	31.12.2019
Impostos diretos	8.871.651,21 €	10.586.356,35 €
Impostos indiretos	2.024.741,01 €	211.057,99 €
Taxas, multas e outras penalidades	622.822,58 €	461.693,21 €
Transferencias e subsidios correntes obtidos	14.961.118,09 €	16.207.678,97 €
Reversões	9.015,79 €	
Total	26.489.348,68 €	27.466.786,52 €

1.12. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 2.248.758,02€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

A PMUGEST, E.M, não apresenta movimentos desta natureza.

Rúbricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições			Quantia escriturada Final
		Reforços	Aumento da quantia escriturada	Outros aumentos	Total dos Aumentos	Reversões	Outras diminuições	Total das diminuições	
Provisões									
Processos judiciais em curso	1 893 453,34 €		371 881,69 €		371 881,69 €	16 577,02 €		16 577,02 €	2 248 758,01 €
Matérias Ambientais									
Contratos onerosos									
Outras provisões									
Total	1 893 453,34 €	0,00 €	371 881,69 €	0,00 €	371 881,69 €	16 577,02 €	0,00 €	16 577,02 €	2 248 758,01 €

Passivos contingentes

Os passivos contingentes são:

- Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Relativamente aos processos onde não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

Descrição	Valor da acção
Processo 494/13.4BELRA	171 818,80 €
Processo n.º 120/16.0BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30 000,01 €
Processo n.º 575/18.8BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30 000,01 €
Processo n.º 583/18.9BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	5 000,01 €
Processo n.º 2250/18.4BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30 000,01 €
Processo n.º 48/19.1BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30 000,01 €
Processo n.º 377/19.4BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30 000,01 €
Processo n.º 825/19.3BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	50 000,00 €
Proc. 1166/14.8BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	10 488,64 €
Processo 184/14.0T8PBL – Tribunal Judicial de Pombal	216 008,30 €
Processo n.º 1213/14.3TBPBL-F- Comarca de Leiria - 2.ª Secção de Execução – J1	7 525,00 €
Processo n.º 355/19.3 BESNT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra	30 000,01 €
Total passivo contingente	640 840,81 €

A PMUGEST, E.M, não apresenta movimentos desta natureza.

1.13. Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço consolidado que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

1.14. Divulgações de partes relacionadas Divulgação de controlo

O Grupo Público tem participação nas seguintes entidades. Tem a associada Pombal Prof e nas restantes entidades, uma simples participação.

MUNICÍPIO DE POMBAL
MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS
Alinea c) do nº 2 do artº 46 da Lei 73/2013 de 3 de Setembro

Designação da Entidade	NIF	Sede	Tipo Entidade	Capital Social	Participação do Município	
					Valor Nominal	%
LUSITÂNIA GÁS - Companhia de Gás do Centro, SA	502761024	Aveiro	Societária	20.500.000,00	7.810,00	0,04%
VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	503811866	Leiria	Societária	2.000.000,00	190.400,00	9,52%
Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda.	504609696	Pombal	Societária	600.000,00	150.000,00	25,00%
MAPICENTRO - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes,	501638938	Leiria	Societária	2.285.000,00	230,00	0,01%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Lisboa	Não Societária	650.000.000,00	1.110.600,00	0,17%

Divulgação de transações entre partes relacionadas

As transações ocorridas em 2020 com as partes relacionadas, no que se refere a rendimentos e gastos, foram como se segue:

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo final no município
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
PMUGest - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, EMM	Entidade controlada	Fornecimento e serviços externos	1.043.815,57 €	96,1%	148.495,91 €
		Subsídios a exploração	25.704,72 €	2,4%	- €
		Protocolo Bodo 2019	4.013,40 €	0,4%	4.013,40 €
Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S	Entidade controlada	Transportes escolares- Comparticipação	12.820,69 €	1,2%	12.820,69 €
Total de transações			1.086.354,38 €		

1.15. Outras divulgações

1.15.1. Rendimentos e Ganhos

O valor dos rendimentos reconhecidos em 2020 é detalhado conforme se segue:

RENDIMENTOS E GANHOS	Ano 2020	Ano 2019	Variação	
			Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	11.519.214,80 €	11.104.293,55 €	414.921,25 €	4%
Vendas	1.730.782,81 €	1.594.942,21 €	135.840,60 €	9%
Prestações de serviços e concessões	4.698.465,59 €	4.755.580,61 €	- 57.115,02 €	-1%
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	55.476,25 €	- €	55.476,25 €	-
Transferências e subsídios correntes obtidos	14.961.118,08 €	16.207.678,97 €	- 1.246.560,89 €	-8%
Imparidade de dividas (reversões)	9.015,79 €	- €	9.015,79 €	-
Ganhos por aumentos de justo valor	623,97 €	- €	623,97 €	-
Outros rendimentos	10.667.291,40 €	6.110.118,77 €	4.557.172,63 €	75%
Juros, dividendos e out.rendimentos similares	45.125,50 €	7.354,94 €	37.770,56 €	514%
Totais	43.687.114,19 €	39.779.969,05 €	3.907.145,14 €	10%

1.15.2. Gastos e Perdas

O valor dos gastos reconhecidos em 2020 é detalhado conforme se segue:

Gastos e perdas	Ano 2020	Ano 2019	Variação	
			Valor	%
Transferências e subsídios concedidos	6.291.769,68 €	6.089.537,67 €	202.232,01 €	3%
Custo das merc.vend.mat.consumidas	158.825,52 €	213.582,84 €	- 54.757,32 €	-26%
Fornecimentos e serviços externos	10.283.387,28 €	9.212.534,86 €	1.070.852,42 €	12%
Gastos com o pessoal	9.790.670,01 €	9.822.645,07 €	- 31.975,06 €	0%
Gastos de depreciação e de amortização	14.131.489,03 €	9.994.076,83 €	4.137.412,20 €	41%
Imparidade de dividas (perdas)	- €	26.007,23 €	- 26.007,23 €	-100%
Provisões	355.304,67 €	964.892,74 €	- 609.588,07 €	-63%
Outros gastos	1.045.075,06 €	288.556,86 €	756.518,20 €	262%
Gastos por juros e outros encargos	45.214,23 €	48.591,02 €	- 3.376,79 €	-7%
Totais	42.101.735,48 €	36.660.425,12 €	5.441.310,36 €	15%

Ao valor total de € 42.101.735,18 acresce o imposto sobre o rendimento do período, no montante de € 6.863,58.

1.15.3. Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	Ano 2020	Ano 2019	Variação	
			Valor	%
Subcontratos e parcerias	77.560,21 €	330,00 €	77.230,21 €	-
Serviços especializados	2.837.031,71 €	1.746.558,81 €	1.090.472,90 €	62%
Materiais de consumo	972.477,00 €	411.429,63 €	561.047,37 €	136%
Energia e fluidos	2.491.004,98 €	2.534.935,60 €	- 43.930,62 €	-2%
Deslocações, estadas e transportes	742.084,11 €	736.749,07 €	5.335,04 €	1%
Serviços diversos	3.163.229,27 €	4.392.641,96 €	- 1.229.412,69 €	-28%
Totais	10.283.387,28 €	9.822.645,07 €	460.742,21 €	5%

1.15.4. Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de gastos com o pessoal, decompõe-se da seguinte forma:

Gastos com pessoal	Ano 2020	Ano 2019	Variação	
			Valor	%
Remunerações Órgãos Autárquicos	262.048,52 €	292.603,10 €	- 30.554,58 €	-10%
Remunerações do pessoal	7.224.041,65 €	7.418.030,60 €	- 193.988,95 €	-3%
Pensões	44.895,90 €	44.895,90 €	- €	0%
Encargos s/ Remunerações	1.881.081,73 €	1.734.180,55 €	146.901,18 €	8%
Seguros de acid. trab e doenças profis.	44.908,19 €	93.029,38 €	- 48.121,19 €	-52%
Outros encargos sociais	333.694,02 €	239.905,54 €	93.788,48 €	39%
Totais	9.790.670,01 €	9.822.645,07 €	- 31.975,06 €	0%

1.15.5. Outras informações relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados

Informação relativa a endividamento de médio e longo prazo

No ano de 2020, a situação do grupo publico, face ao endividamento de medio e longo prazo é a seguinte:

ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DE MÉDIO / LONGO PRAZO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(MUNICÍPIO DE POMBAL)

Código / designação das contas a)	Dividas a terceiros de médio / longo			Eliminação de créditos / dívidas	Grupo público consolidação
	MUNICÍPIO DE POMBAL	PMUGEST, EMM	TOTAL		
1	2	3	4=2+3	6	6=4-5
20.4/ 251 – SNC	2.860.190		2.860.190		2.860.190
Total	2.860.190		2.860.190		2.860.190

a) a desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dividas a terceiros - médio e longo prazos.
b) a desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

Informação relativa a divida total de operações orçamentais

No ano de 2020, a divida total consolidada de operações orçamentais (não inclui operações de tesouraria, o FAM e o FEE) calculada de acordo com o nº 2 do art. 52 da lei 73/2013 de 03/09, abatido dos créditos/débitos existentes entre as entidades, desagrega-se no quadro seguinte:

DIVIDA TOTAL CONSOLIDADA DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

(MUNICÍPIO DE POMBAL)

ANO 2020

Código / designação das contas a)	Dividas a terceiros b)			Eliminação de créditos / dívidas recíprocos	Grupo Autarquico consolidado
	MUNICÍPIO DE POMBAL	PMUGEST, EMM	TOTAL		
1	2	3	5=2+3+4	6	7=5-6
Divida media / longo prazo					
Emprestimos Bancarios m/l prazo	2.822.743		2.822.743		2.822.743
Divida de curto prazo					
Fornecedores c/c	708.278	38.423	746.701	152.509	594.192
Outros credores	3.023	1.061	4.083		4.083
Estado		88.267	88.267		88.267
Contributos de SM, AM e SEL	46.924		46.924		46.924
Total	3.580.968	127.751	3.708.719	152.509	3.556.210

a) a desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dividas a terceiros - de curto e de médio / longo prazo

b) a desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

Informação sobre saldos e fluxos financeiros

Os fluxos financeiros entre as entidades a consolidar, na ótica do Município, desagregam-se de acordo com o seguinte quadro:

SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES A CONSOLIDAR

(MUNICÍPIO DE POMBAL)

ANO 2020

Tipo de Fluxos	Município de Pombal / PMUGEST, EMM									
	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios	0,00	25.704,72		25.704,72	0,00					
Empréstimos										
Relações Comerciais	5.241,27	1.042.493,46		899.238,82	148.495,91	924.943,54	4.013,40		924.943,54	4.013,40
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros										
Total	5.241,27	1.068.198,18	0,00	924.943,54	148.495,91	924.943,54	4.013,40		924.943,54	4.013,40

RELAÇÃO NOMINAL DE RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO FINANCEIRA E/OU ORÇAMENTAL

ENTIDADE CONSOLIDANTE: MUNICÍPIO DE POMBAL			ANO
			2020
Nome	Órgão / Cargo	Período de Responsabilidade	Morada
ÓRGÃO EXECUTIVO			
Luis Diogo de Paiva Morão Alves Mateus	Presidente da Câmara	01.01.2020 a 31.12.2020	Av. Heróis do Ultramar, 49, 1.º Esq., 3100-462 Pombal
Pedro Filipe Silva Murtinho	Vereador em regime de tempo inteiro	01.01.2020 a 31.12.2020	Urb. Quinta do Barroso, Lt 57 - 3150-292 Condeixa-a-Nova
Ana Maria Ferreira Pereira Duarte Cabral	Vereadora em regime de tempo inteiro	01.01.2020 a 31.12.2020	Rua Arq. Camilo Korrodi, n.º 18 - 3.º Dt.º, 3100-502 Pombal
Pedro Matos Martins	Vereador em regime de tempo inteiro	01.01.2020 a 31.12.2020	Rua Fidalgo Aprendiz, n.º 8 - 3100-388 Pombal
Ana Cristina Jorge Gonçalves	Vereadora em regime de tempo inteiro	01.01.2020 a 17.03.2020	Rua Eng.º Vaz Morais, n.º 3 Bloco 1 fração N - 310-532 Pombal
Ana Cristina Jorge Gonçalves	Vereadora	18.03.2020 a 31.12.2020	Rua Eng.º Vaz Morais, n.º 3 Bloco 1 fração N - 310-532 Pombal
Pedro Francisco Pires Brilhante	Vereador	01.01.2020 a 31.12.2020	Av. Heróis do Ultramar, n.º 101, 2.º C, 3100-462 Pombal
Narciso Ferreira Mota	Vereador	01.01.2020 a 31.12.2020	Rua Capitão Antonio R. Paula Santos, Lt8 - 2.º - 2415-570 Leiria
Michael da Mota António	Vereador	01.01.2020 a 31.12.2020	Rua Soeira, s/n - Vale, 3100-309 Pombal
Odete Marise dos Santos Alves	Vereadora	01.01.2020 a 31.12.2020	Mouriscas, n.º 35 - 3100-353 Pombal

ENTIDADE CONSOLIDANTE: PMUGEST, E.M.

Nome	Órgão / Cargo	Período de Responsabilidade	Morada
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Jorge Eduardo Vieira da Silva	Presidente	01.01.2020 a 31.12.2020	Rua Décadas da Ásia Bloco 4 1º Dto, Caseirinhos, 3100-328 Pombal
Elisabete Gameiro João	Administradora	01.01.2020 a 31.12.2020	Rua Comandante Carlos Carvalho, n.º 130, 3100-519 Pombal,
Manuel Gomes Jordão Carreira	Administrador Executivo	01.01.2020 a 31.12.2020	Rua Senhora da Luz, n.º7, Marinha da Guia, 3105-063 Carriço

Informação relativa às remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções:

1.15.6. COMPROMISSOS PLURIANUAIS A 31/12/2020

Objecto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Anos Seguintes
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE ABIUL	43.823,40			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE ALMAGREIRA	49.509,80			

Objecto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Anos Seguintes
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE CARRIÇO	71.814,70			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE MEIRINHAS	61.932,00			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE PELARIGA	20.400,00			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE VILA CÃ	42.441,30			
APOIOS REUNIÃO 11-12-2020 - quota extraordinária	TERRAS DE SICÓ-ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO	5.000,00			
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÕES MUNICIPAIS ALIMENTADAS EM BTN - PROCESSO N.º 002/AJD/SA/18	EDP COMERCIAL-COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.	152.538,39			
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÕES MUNICIPAIS ALIMENTADAS EM BTE - PROCESSO N.º 002/AJD/SA/18	EDP COMERCIAL-COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.	123.022,55			
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÕES MUNICIPAIS ALIMENTADAS EM MT - PROCESSO N.º 002/AJD/SA/18	EDP COMERCIAL-COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.	167.396,63			
ENCARGOS COM CAPITAL E JUROS DO EMPRESTIMO BANCARIO 1971218830004 DE 2.681.116,87	BANCO BPI, SOCIEDADE ABERTA	136.326,78	134.952,42	133.578,05	132.203,69
IHRU - (2ª FASE)-2000.11.0112.2.00.9	IHRU - INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	15.595,02	15.595,03	15.595,03	31.190,06
IHRU - 2ª FASE-2002.11.0086.2.00.3	IHRU - INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	30.719,10	30.719,10	30.719,10	61.438,20
ENCARGOS COM EMPRESTIMO BANCARIO CONTRATADO À CCA. ADITAMENTO AO CONTRAO INICIAL, QUE ALTEROU O MONTANTE DE EMPRESTIMO PARA EUR.5.192.690,24.	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE POMBAL	17.742,41	88.875,15	301.665,43	4.979.684,33
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE CARNIDE	27.800,00			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DO LOURIÇAL	96.790,00			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE POMBAL	260.143,00			
	FREGUESIA DE REDINHA	34.451,80			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE VERMOIL	44.462,90			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE GUIA, ILHA E MATA MOURISCA	118.051,00			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	FREGUESIA DE SANTIAGO E S.SIMÃO DE LITÉM E ALBERGARIA DOS DOZE	88.150,50			
ENCARGOS COM CAPITAL E JUROS DO EMPRESTIMO BANCARIO 59062238259 DE 2.916.510,13	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE POMBAL	225.424,42	225.047,62	224.670,83	112.244,12
RESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHEIRO CIVIL EM REGIME DE AVENÇA ; ELAB, APRO IMPL MEDIDAS AUTOPROTEÇÃO ESPECIALIDADE SEG CONTRA INCÊNDIOS ED M - Processo n.º 033/CPV/SA/20	MARIA LUISA FONSECA JANEIRO	13.530,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO DE INFORMÁTICA, EM REGIME DE AVENÇA - UNIDADE DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES EXTERNAS - PROCESSO N.º 042/AJD/SA/20	DANIEL LOPES FERNANDES	14.760,00			

Objecto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Anos Seguintes
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIARES DE AÇÃO EDUCATIVA EM REGIME DE TAREFA - PROCESSO N.º 033/AJD/SA/20	SANDRINA MENDES SOUSA AREIA	1.562,10			
Prestação de serviços em regime de avença - Divisão de Administração e Finanças - Processo n.º 035/AJD/SA/20	RAFAELA SILVA ARAÚJO	10.824,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHEIRO AGRÓNOMO EM REGIME DE AVENÇA - UNIDADE DE ESPAÇOS VERDES E LAZER - PROCESSO N.º 013/CPV/SA/20	PEDRO GONÇALO DOS SANTOS PEREIRA	1.537,50			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - PIIC (CANDIDATURA CENTRO-03-5266-FSE-000023) - PROCESSO N.º 001/CE/SA/20	ANA LUCIA FIGUEIREDO NEVES FONSECA FERREIRA	11.808,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - PIICIE (CANDIDATURA CENTRO-03-5266-FSE-000023) - PROCESSO N.º 001/CE/SA/20	CRISTIANA LEAL COUTO	11.808,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - PIICIE (CANDIDATURA CENTRO-03-5266-FSE-000023) - PROCESSO N.º 001/CE/SA/20	Joana Eduarda Guedes Ferreira Mendes	11.808,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - PIICIE (CANDIDATURA CENTRO-03-5266-FSE-000023) - PROCESSO N.º 001/CE/SA/20	NANCE PEREIRA QUINTA	11.808,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - PIICIE (CANDIDATURA CENTRO-03-5266-FSE-000023) - PROCESSO N.º 001/CE/SA/20	NELIA MARGARIDA MARQUES DOMINGUES RODRIGUES	11.808,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA EM REGIME DE AVENÇA - PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR DA REGIÃO DE LEIRIA (PIICIE) - PROCESSO N.º 002/CE/SA/20	ANA FILIPA NUNES OLIVEIRA	14.760,00			
Prestação de serviços de mediadora, em regime de avença - Programa Municipal de Potenciação do Sucesso Escolar (PMPSE) - 2.º Ciclo - Processo n.º 034/AJD/SA/20	SANDRA CARLA RODRIGUES DOS SANTOS MOTA	10.824,00			
Prestação de serviços de diretor artístico da "Casa Varela", em regime de avença - Processo n.º 031/AJD/SA/20	FILIPE MIGUEL PENA RODRIGUES VIDEIRA EUSEBIO	26.240,03			
Prestação de serviços de psicóloga em regime de avença ç projeto para a educação inclusiva, no âmbito do Programa Municipal de Potenciação do Sucesso Escolar (PMPSE) ç Processo n.º 001/AJD/SA/20	RITA DANIELA DOMINGUES GASPAS	1.353,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERAPEUTA DA FALA EM REGIME DE AVENÇA, PROJETO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE POTENCIAÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR - PROCESSO N.º 003/AJD/SA/20	BRUNA MOTA ANTUNES	1.353,00			
Fornecimento continuado de emulsões e misturas betuminosas para reparação e manutenção de vias no Concelho de Pombal - Processo n.º 003/CPB/SA/19	WINDPARK LDA	18.929,45			
Fornecimento continuado de emulsões e misturas betuminosas para reparação e manutenção de vias no Concelho de Pombal - Processo n.º 003/CPB/SA/19	CIVIBÉRICA - OBRAS CIVIS, SA.	8.606,16			
Fornecimento contínuo de artefactos de betão p/ o concelho de Pombal - Processo n.º 003/CPB/SA/20	OLISBETÃO - PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO, LDA	66.061,54			

Objecto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Anos Seguintes
AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO DE PROTEÇÃO PARA OS TRABALHADORES / COLABORADORES DO MUNICÍPIO DE POMBAL - FORNECIMENTO CONTÍNUO PARA O BIÊNIO 2019/2020 - PROCESSO N.º 004/CPV/SA/19	MAXIFARDAS - VESTUARIO PARA TRABALHO, LDA.	1.229,69			
Fornecimento Contínuo de Materiais e Acessórios para a Exploração/ Manutenção do Sistema de Abastecimento Público de Água - Processo n.º 016/CPV/SA/20 - LOTE 2	HUMBERTO POÇAS, LDA	346,96			
Fornecimento Contínuo de Materiais e Acessórios para a Exploração/ Manutenção do Sistema de Abastecimento Público de Água - Processo n.º 016/CPV/SA/20 - LOTE 3	MARIO GONÇALVES - LDA	2.304,74			
Fornecimento Contínuo de Materiais e Acessórios para a Exploração/ Manutenção do Sistema de Abastecimento Público de Água - Processo n.º 016/CPV/SA/20 - LOTE 6	ASC ARTIGOS SANITARIOS DO CENTRO, LDA	4.111,73			
Fornecimento Contínuo de Materiais e Acessórios para a Exploração/ Manutenção do Sistema de Abastecimento Público de Água - Processo n.º 016/CPV/SA/20 - LOTE 1	HUMBERTO POÇAS, LDA	4.416,31			
Fornecimento Contínuo de Materiais e Acessórios para a Exploração/ Manutenção do Sistema de Abastecimento Público de Água - Processo n.º 016/CPV/SA/20 - LOTE 4	HUMBERTO POÇAS, LDA	20.631,79			
Fornecimento contínuo de sinalização de trânsito vertical - Processo n.º 017/CPV/SA/20	SNSV - SOCIEDADE NACIONAL DE SINALIZAÇÃO VERTICAL, LDA	45.320,07			
Aquisição de material filtrante granulado, baseado em carbonato de cálcio - Processo n.º 041/CPV/SA/20	ENKROTT - GESTAO E TRATAMENTO DE AGUAS S.A.	18.450,00	4.612,50		
Aquisição de polímero para desidratação de lamas nas ETAR'S - ano 2019/2021 - Processo n.º 032/CPV/SA/19	SNF PORTUGAL. SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA	28.536,00			
FORNECIMENTO DE ENRGIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BTN, BTE E MT DO MUNICÍPIO DE POMBAL - PROC. N 033/AJD/SA/19	GALP POWER S.A.	687.314,45			
Fornecimento de Gás Natural para as Instalações do Município de Pombal - Processo n.º 023/CPV/SA/20	GALP POWER S.A.	149.730,21			
Prestação de serviços de conservação e limpeza em edifícios e infraestruturas municipais - Processo n.º 015/AJD/SA/20	PMUGEST - POMBAL MANUTENÇÃO URBANA E GESTÃO, E.E.M.	71.002,94			
Fornecimento Continuo Equipamentos de 1ª intervenção em segurança contra incêndios (Extintores, Bocas incêndio tipo carretéis, Mantas ignífugas, motobpnbas) incluindo manuten. e reparação - Processo	SECILONGO UNIPESSOAL, LDA	2.046,31			
AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS - PROCESSO 035/AJD/SA/18	CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, SA	204.000,00			
Aquisição de um acesso Banda Larga para acesso à Internet para a praia do Osso da Baleia - Processo n.º 025/AJD/SA/20	VODAFONE PORTUGAL-COMUNICAÇÕES PESSOAIS SA	664,20			
Aquisição de serviços de comunicações de voz móvel, fixa, Internet, Telegestão e serviço de e-mail, para o triénio 2019_2022 - Processo n.º 005/CPB/SA/19	MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA S.A	60.885,00	50.737,50		
Requisição de passes de transporte escolar em serviço regular de transporte de passageiros à Arunca, Ida - Processo n.º 040/AJD/SA/20	ARUNCA - VIAGENS E TURISMO, LDA	5.088,00			
Aquisição de serviço transporte escolar em transporte ferroviário - Ano letivo 2020/2021 ç, Processo n.º 037/AJD/SA/20	CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, E.P.	12.141,81			

Objecto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Anos Seguintes
Aquisição da Apólice de Seguro - Viaturas Novas afetas aos Transportes Urbanos: I-000019/DGCEEM/20 - Processo n.º 036/AJD/SA/20	FIDELIDADE COMPANHIA DE SEGUROS, SA	8.982,77			
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS - PROCESSO n.º 002/CPI/SA/20	FIDELIDADE COMPANHIA DE SEGUROS, SA	226.783,69	177.933,20		
Aquisição de serviços de Criatividade - Processo n.º 022/AJD/SA/20	JORGE MANUEL FORTUNATO RAMOS-DESIGN E PUBLICIDADE, UNIPESSOAL LDA	14.446,35			
Aquisição de Plataforma de Gestão de Contratos de Energia - Processo n.º 024/CPV/SA/20	VIRTUAL POWER SOLUTIONS, S.A.	11.500,50	11.500,50	6.708,63	
INSPEÇÃO/REINSPEÇÃO DE ASCENSORES, MONTA CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES - PROCESSO N.º 006/CPV/SA/20	INSTITUTO ELECTROTECNICO PORTUGUES	4.829,71			
Aquisição de serviços - Método de seleção obrigatório - Avaliação Psicológica - Processo n.º 019/CPV/SA/20	FACTOR H - LEIRIA - CONSULTORES EM GESTAO E RECURSOS HUMANOS, LDA.	11.852,40			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DE CASTRAÇÃO E OVARIOTOMIAS A ANIMAIS DO CANIL MUNICIPAL E A FELINOS VADIOS DO CONCELHO DE POMBAL - PROCESSO N.º 022/CPV/SA/20	CENTRO VETERINÁRIO SRª DE BELÉM LDA	12.499,88	6.249,93		
Controlo Preventivo de Pragas - Processo n.º 020/CPV/SA/20	RATATUI-DESINFESTAÇÃO E DESRATIZAÇÃO LDA	8.994,38			
Prestação de serviços de desativação de ninhos de vespa velutina - Processo n.º 021/CPV/SA/20	LEIRIPRAGA-DESINFESTAÇÃO E DESRATIZAÇÃO, LDA (TRULY NOLEN)	17.835,10			
Aquisição de serviços de amostragem, de análises microbiológicas e físico-químicas de águas de consumo humano, águas subterrâneas, rios e ribeiros - Processo n.º 030/CPV/SA/20	CONTROLVET - SEGURANÇA ALIMENTAR S.A.	24.047,73	24.047,73		
Aquisição de serviços de manutenção de equipamentos de medição e controlo (instrumentação) nas ETAR's - Processo n.º 008/CPV/SA/20	HACH LANGE-PORTUGAL	16.432,50			
Realização de análises físico-químicas das águas residuais, lamas e areias das ETAR's de Pombal - Anos 2020 e 2021 - Processo n.º 009/CPV/SA/20	CESAB - CENTRO DE SERVIÇOS DO AMBIENTE	12.434,30			
Compostagem e/ou valorização de lamas de ETAR - Fornecimento Contínuo - Processo n.º 002/CPB/SA/20	BIOSMART - SOLUCOES AMBIENTAIS, S.A.	77.928,55	38.964,27		
Prestação de Serviço de Printing e Finishing e Produção Digital de Documentos para Expedição Postal - Faturação dos serviços de águas, saneamento e resíduos - Processo n.º 025/CPV/SA/20	COPIDATA S.A.	10.627,20	10.627,20	7.084,80	
Aquisição de serviços de manutenção e de operação do Sistema de Gestão de Clientes das funções águas, saneamento e resíduos e AQUAMATRIX - Processo n.º 001/AJD/SA/19	EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A.	44.383,32			
Contratação de serviço de leitura de contadores de água de abastecimento público - Processo n.º 045/AJD/SA/20	CAPELEIRIA UNIPESSOAL, LDA.	15.354,86			
Aquisição de serviços de manutenção e limpeza em infra-estruturas públicas diversas e recolha e transporte de resíduos - IN HOUSE - Processo n.º 021/AJD/SA/20	PMUGEST - POMBAL MANUTENÇÃO URBANA E GESTÃO, E.E.M.	35.528,42			

Objecto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Anos Seguintes
Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho para os Trabalhadores do Município de Pombal - Aquisição do Serviço Externo - Processo n.º 018/CPV/SA/20	WORKVIEW - PREST.SERV. HIGIENE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, UNIPESSOAL, LDA	20.478,07	13.652,07		
Fornecimento de serviços de cópia e impressão para os vários serviços do Município para o triénio 2020-2023 - Processo n.º 043/CPV/SA/20	CUBIQUE SOLUTIONS, UNIPESSOAL - LDA	22.143,69	22.143,69	22.143,69	
Prestação de serviços de manutenção e conservação do relvado do Estádio Municipal de Pombal durante os anos 2020 e 2021 - Processo n.º 046/CPV/SA/19	VIBEIRAS - SOCIEDADE COMERCIAL DE PLANTAS, S.A.	36.900,00			
CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO - CIDADES AMIGAS DAS CRIANÇAS	COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF	1.000,00			
INTERACTIVITY - Casa Varela - Processo n.º 044/AJD/SA/20	ENSAIOS INCONICOS, UNIPESSOAL, LDA.	20.504,10			
PROJETO L.U.I.S.A.	SANTA CASA DA MISERICORDIA DA REDINHA	7.860,04	7.860,04	5.895,06	
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO RELATIVO AO PROJETO "VELHOS AMIGOS"	ATLAS - ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	2.425,94	2.425,95		
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO RELATIVO AO PROJETO "SAÚDE EM CASA"	FUNDAÇÃO OTILIA P.M.LOURENÇO E MARIDO DR.JOSÉ L. JUNIOR	8.444,44	4.222,23		
PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO - Natal na Cidade 2020	ADILPOM - ASSOCIAÇÃO DE DESENV. E INICIAT. LOCAIS DE POMBAL	38.310,37			
	A RIBEIRINHA - ASSOC. PAIS E ENCARREG. EDUC. ESC. CARNIDE	20.291,30			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	ASSOCIAÇÃO DESP.REC.E CULT.MOITA DO BOI	12.604,90			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA PELARIGA	22.581,40			
Transferência financeira / Suspensão da cobrança de estacionamento de duração limitada. Pmugest - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.	PMUGEST - POMBAL MANUTENÇÃO URBANA E GESTÃO, E.E.M.	23.599,05			
QUOTA	TERRAS DE SICÓ-ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO	12.000,00			
Recuperação de edifícios escolares desactivados (Beneficiação e restauração da Escola de Salgueiro)	MAJOR SANTOS E FILHOS LDA	79.394,00			
Centro Escolar da Guia - Proc. 45/2019	SOTEOL - SOCIEDADE TERRAPLANAGENS DO OESTE LDA	1.263.488,71			
Centro Escolar de Vila Cã	ODRAUDE - CONST. CIVIL E OB. PÚBLICAS, LDA	960.569,89			
Construção da Escola EB1 e JI da Pelariga (Centro Escolar de Pelariga)	ALVAPE - CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, LDA	668.180,81	888.076,69		
Requalificação da Escola Gualdim Pais (Substituição das coberturas)	CPW - ENGENHARIA LDA.	164.649,80			
Aquisição, Construção, Beneficiação e Reparação de outros Edifícios (Requalificação do Edifício do NDAP) Procº 58/2020	SIMETRIA E RIGOR - UNIPESSOAL, LDA	25.272,10			

Objecto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Anos Seguintes
CIMU-SICÓ - Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó	SOTEOL - SOCIEDADE TERRAPLANAGENS DO OESTE LDA	2.095.131,76			
Obras de Recuperação do Convento do Lourçal	LUSOCOL - SOCIEDADE LUSA DE CONSTRUÇÕES, LDA	67.780,68			
CENTRO DE FORMAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DA CÉRCIPOM	VALEIXA- CONTRUÇÃO CIVIL, LDA	607.268,38			
Requalificação do Parque de Estacionamento (Praia do Osso da Baleia, acesso e circuitos pedonais)	VEIRABAR, LDA	396.725,35			
Remodelação - Beneficiação do Reservatório de Ourão	JOSE MARQUES GRACIO, S.A.	283.233,90			
Fornecimento e Montagem de Material original Mercedes para a frota afeta aos Transportes Urbanos - Processo n.º007/CPV/SA/20	SODICENTRO - COMERCIO DE VEICULOS, LDA.	6.233,03			
Fornecimento e Instalação de rede wireless nas infraestruturas desportivas do concelho de Pombal (WIFI4EU) - Processo n.º 047/CPV/SA/20	ESPECTRO - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	27.586,24			
Fornecimento Contínuo de Materiais e Acessórios para a Exploração/ Manutenção do Sistema de Abastecimento Público de Água - Processo n.º 016/CPV/SA/20 - LOTE 5	HUMBERTO POÇAS, LDA	873,30			
Prestação de Serviços Especializados de Manutenção das Instalações e Equipamentos de AVAC e AQS, em diversos Edifícios Municipais - Processo n.º 003/CPV/SA/19	KMG - KINGMAN MANUTENCAO GLOBAL LDA	10.682,55			
Fornecimento, instalação e colocação em serviço de parque e bicicletas para o sistema de bicicletas de uso partilhado - Processo n.º 001/CPB/SA/20	SOLTRAFEGO-SOL. TRANSITO, ESTACIONAMENTO E COMUNICAÇÕES S.A.	8.610,00	8.610,00		
Aquisição de Maquete Interativa para o Centro Interpretativo Explore Sicó - Processo n.º 002/CPB/SA/19	CARLOS COUCELO CONSULTORIA GEOMATICA LDA	106.133,26			
Construção, Reparação e Beneficiação de Pontões (P.H. na Ribeira de Carnide / Vale do Feto - Freguesia de Carnide	DELFIN JESUS MARTINS & IRMAO LDA	19.264,28			
Freguesia de Pombal / Arruamentos e Beneficiações em estradas e caminhos na Freguesia (Requalificação da rua Principal na Ranha de Baixo)	DELFIN JESUS MARTINS & IRMAO LDA	355.241,85			
Elaboração de projeto de execução para o Parque Verde do Casarelo - Processo n.º 035/CPV/SA/20	TOPIARIS-ESTUDOS E PROJECTOS DE ARQUITECTURA PAISAGISTA LDA	80.319,00			
REQUALIFICAÇÃO URBANA DA VÁRZEA	DELFIN JESUS MARTINS & IRMAO LDA	1.328.040,95	472.069,57		
REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO ENVOLVENTE AO CONVENTO DO CARMO	ABISER, LDA	29.645,06			
Outras construções e beneficiações de Emissários e Redes de Saneamento/Construção da rede de saneamento dos Lugares de S. Vicente e Quinta de São Lourenço	MAJOR SANTOS E FILHOS LDA	97.882,54			
CONSTRUÇÃO DE REDES E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ALHAIS, SILVEIRINHA GRANDE, SILVEIRINHA PEQUENA, VIEIRINHOS E CLARAS - PROC. 26/2017	JOAQUIM RODRIGUES SILVA & FILHOS, LDA.	88.090,69			
Rede de saneamento domestico de Assanha da Paz, e Barros da Paz e zona envolvente	JOAQUIM RODRIGUES SILVA & FILHOS, LDA.	1.283.241,91	910.690,39		
CONSTRUÇÃO DE REDES DE SANEAMENTO DO LUGAR DO CASAL DA ROLA	DELFIN JESUS MARTINS & IRMAO LDA	856.410,77			

Objecto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Anos Seguintes
Construção da rede de saneamento dos lugares de Ilha da Cima, Moitas Brancas, Ilha de Baixo, Rosados e Silvas	PINTO & BRAZ, LDA	780.395,67			
CONSTRUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO DOS LUGARES DE FOZ, VALE DAS MOITAS, CARRIÇOS, BONITOS E SÃO JOÃO DA RIBEIRA	ILHAUGUSTO CONTRUÇÕES LDA	1.247.605,78	858.922,42		
CONSTRUÇÃO DE CONDUTAS E ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ALHAIS - PROC. Nº 11/2020	JOSE MARQUES GRACIO, S.A.	355.568,39			
Elaboração do projeto de execução para a ampliação do Parque de Lazer do Vale da Sobreira - Processo n.º 029/CPV/SA/20	HUMBERTO PEREIRA ARQUITETO, LDA.	35.526,77			
Construção, Beneficiação e Reparação de Redes de Água (Reparação de Roturas, Aplicação/ Substituição de Válvulas de Secionamento, Execução de Ramais e de Pequenas Ampliações da Rede de Abastecimento P	SEGMENTO PROVAVEL - SERVIÇO E MANUTENÇÃO, LDA	161.493,02			
Aq. Inst Beneficiação Equipamentos para Eficiência Hídrica e Energética/Investimentos nos Sistemas em Baixa, com Vista ao Controlo, Redução de Perdas nos Sistemas de Distr. Adução de Água proc.08/2020	MANVIA-MAN. E EXPLORACAO DE INST. E CONSTRUCAO S.A.	326.823,20			
Freguesia de Lourical / Asfaltagem de estradas e caminhos na Freguesia [Requalificação da C.M. 1017 (Lourical - Cavadas - Torneira (C.M. 1074) Limite do Concelho) e Arruamentos Lugar de Cavadas e Mo	MANUEL DA CONCEIÇÃO ANTUNES - CONSTR. E OBRAS PUBLICAS, SA	289.998,84			
Freguesia de Pelariga - Asfaltagem de estradas e caminhos na Freguesia [Requalificação da E.M. 348-1 (Pombal - Covão da Silva - Vérigo - Pousadas Vedras), Venda da Cruz e Moncalva]	CONTEC - CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, S.A.	141.154,21			
Construção e Beneficiação do Caminho de Fátima (Requalificação da Rua de S. João - Rua de Leiria [IC2 Flandes - Águas Férreas]) 1.ª Fase	SOCITOP - UNIPessoal, LDA	226.244,28			
E.M. 532-2 (Barrocas - Carvalhais - Roques - Boldrarias) Procº36/2020	SOCITOP - UNIPessoal, LDA	314.409,41			
Requalificação da EN1/IC2 entre o Km 136,7 e o Km 148,5 (Acordo com o IP) - (Execução dos projetos de várias rotundas na EN1/IC2) - Processo n.º 047/AJD/SA/20	GIBB PORTUGAL - CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E AMBIENTE S.A.	31.479,70			
Corredor Ribeirinho do Rio Arunca (Percurso Ribeirinho do Rio Arunca e Acessos a propriedades)	CARMO - ESTRUTURAS EM MADEIRA, SA	726.092,58			
Apoio para requalificação da Rua Principal dos Lagares (Execução de Passeios e Valetas Espraçadas)	FREGUESIA DE ALMAGREIRA	96.350,53			
AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA REDINHA	FREGUESIA DE REDINHA	75.000,00			
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA - AQUISIÇÃO DE TERRENOS	LAR DA FELICIDADE- A.SOLIDARIEDADE SOCIAL	50.000,00			
APOIO - PROJETO DE CONSTRUÇÃO COMPLEXO SOCIAL NOSSA SENHORA DA SOLEDADE	SANTA CASA DA MISERICORDIA DA REDINHA	46.479,24			
PROJETO DE INVESTIGAÇÃO E PREPARAÇÃO DA EDIÇÃO:OBRA COMPLETA POMBALINA	INSTITUTO EUROPEU DA CULTURA PADRE MANUEL ANTUNES	30.000,00	30.000,00	30.000,00	
ENTREGA AO FUNDO DE EFICIENCIA ENERGETICA, NO AMBITO DO CONTRATO DE PARTILHA DE POUPANÇAS LIQUIDAS	FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGETICA	23.650,44	13.796,21		
		20.072.964,52	4.052.331,41	778.060,62	5.316.760,40